

JORNAL DE BRASÍLIA

DF- Lago

A agonia do Paranoá

29 MAI 1991

Faz parte do anedotário sobre a construção de Brasília o entusiasmo com que Juscelino Kubitschek recebeu o resultado do levantamento topográfico da Bacia do Paranoá, nas proximidades do local onde, conforme a profecia de Dom Bosco, surgiria a "terra prometida". A ecologia ainda não era uma questão popular à época, mas JK e seus colaboradores, no projeto de construção da nova capital, sabiam que sem a construção de uma barragem e a formação de um lago artificial nas proximidades as condições de vida na futura cidade seriam extremamente penosas.

O ar que os brasileiros respiravam no final da década de 50 parece, hoje, impregnado de certa ingenuidade, mas era sem dúvida mais puro que atualmente (assim como as águas que correm pelo Planalto Central), apesar do desenvolvimento da consciência ecológica. É paradoxal que Brasília — como outras cidades brasileiras, aliás — não tenha sabido tratar com a devida atenção o Lago que lhe deu vida.

Em sua edição de ontem, este jornal publicou com destaque uma minuciosa reportagem sobre estudos que estão sendo feitos sobre as condições das bacias do Paranoá e do São Bartolomeu. A situação é crítica, apesar dos investimentos que vêm sendo feitos na construção de usinas de tratamento de esgotos. Elas estarão em plena operação até o final do ano, o que, junto com outras medidas, permitirá uma redução dos níveis de contaminação do Lago dentro de dois anos. Ainda assim, o Paranoá estará converti-

do numa imensa fossa a céu aberto dentro de 15 anos, se outras providências não forem tomadas.

A tecnologia ambiental disponível atualmente é capaz de realizar prodígios em comparação com o que seria possível fazer há 30 anos, como demonstra a recuperação do rio Tâmis, que corta Londres. A recuperação, porém, é um processo demorado e caro. Seria insano — além de insalubre — permitir que o Paranoá, o São Bartolomeu e o Descoberto morram para só então iniciar o seu resgate. Não são apenas as oportunidades de lazer — importantíssimas para a comunidade — que se perdem ou ficam prejudicadas. É sobretudo o prejuízo à saúde pública decorrente da contaminação dos mananciais o que preocupa na avaliação realizada pelos técnicos da Caesb.

Impedir a degradação de nossas represas e rios tem um preço, mas este será sempre inferior ao cobrado pela poluição. É importante, por isso, que a comunidade e o poder público encarem a questão com a maior seriedade. A preservação do Paranoá e das demais bacias hidrográficas do Distrito Federal depende de investimentos do GDF na construção de novas usinas de tratamento de esgotos, mas também de medidas como a preservação das áreas de proteção ambiental, o cuidado no tratamento de efluentes químicos industriais e principalmente agrotóxicos, etc. Neste aspecto, o setor privado tem grande responsabilidade, assim como a Câmara Legislativa, a quem cabe definir a legislação ambiental de caráter regional.